Docusign Envelope ID: 7DACD32B-CF78-4A0D-91D6-B74361D8E53A

BMPI

BMPI INFRA S.A. - CNPJ/MF nº 24.416.909/0001-93

Relatório da Administração

Sobre a BMPI: A BMPI é uma holding de investimentos e participações de capital proprietário. Desde a sua fundação em 2013, a Companhia realizou investimentos em setores essenciais para o desenvolvimento sustentável do país, incluindo infraestrutura e energia. Posicionada para um novo ciclo de crescimento, o foco atual da BMPI está nos setores de Energia, Properties, Mineração e Transportes. A BMPI possui uma estratégia de investimentos focada na criação de valor para os seus acionistas no longo prazo, através de uma gestão ativa de seus investimentos. **Contexto Setorial e de Atuação:** A organização da BMPI está baseada na especialização e individualização em seus setores de atuação, por meio de plataformas de investimentos ou empresas holdings específicas. **Organização da BMPI Infra em 31 de dezembro de 2024**

A organização da BMPI compreende: **Energia:** Com experiência em setores complexos e regulados, a BMPI busca oportunidades no setor de energia por meio do desenvolvimento, implementação e gestão de fontes alternativas de geração, e tem como estratégia a criação de uma plataforma de investimentos através do desenvolvimento de novos projetos de geração. Em 2024, a empresa intensificou seu investimento no setor de Geração Solar Distribuída através de sua investida a Evolua Energia Participações S.A. (Evolua). A BMPI detém atualmente participação direta de 50% na companhia. Ainda no setor de energia, em 2024 a BMPI alienou sua participação direta na Ikâ Energia e Participações Ltda. para a Evolua Energia e a Trinity Energias Renováveis, que converteram a Ikâ em seu veículo de atuação conjunta no mercado livre de energia varejista, sob a razão social Evolua Livre Comercialização de Energia S.A. No segmento de geração centralizada, a BMPI vem desenvolvendo, desde 2022, dois complexos de geração solar na região Norte de Minas, por meio da participação de 50% nas empresas Luz do Norte I e Luz do Norte II. Os projetos atualmente encontram-se em fase de obtenção de outorga para 1.260 MWac de capacidade instalada. ***Properties:*** A BMPI possui investimentos no setor de *properties* através de participação direta de 4,79% e indireta de 11,71% na CSul Desenvolvimento Urbano S.A., que tem como atividade a administração, incorporação, construção e comercialização de empreendimentos imobiliário nos municípios de Nova Lima e Itabirito, vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). A BMPI também detém participação direta e indireta nos projetos de incorporação Reserva Laguna, Costa Laguna e Hyde Park, localizados na área de desenvolvimento da CSul. **Mineração:** Em função do grande conhecimento do Grupo Barbosa Mello no segmento, a BMPI tem avaliado ativamente oportunidades de investimento no setor de mineração no país. **Saneamento:** A BMPI detém atualmente 100% de participação na Sano, sendo o seu veículo de investimentos para projetos no segmento de Saneamento. Por meio da Sano, a BMPI desempenha atividades de gerenciamento de concessões públicas de saneamento em todo ciclo da água - captação, tratamento e abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, além de desenvolver novos projetos e prestar consultorias diversas na área. A Sano possui atualmente participação de 50% na SGA - Sistemas de Gestão Ambiental S.A. (SGA) que, por sua vez, administra duas concessões municipais, em Jaú (SP) e Votorantim (SP). **Resíduos:** A BMPI detém atualmente 100% de participação na Ambientis, sendo o seu veículo de investimento para projetos no segmento de resíduos e valorização energética. Por meio da Ambientis, a BMPI atua em projetos de implantação e operação de aterros sanitários, tratamento e aproveitamento energético de resíduos. A Ambientis possui atualmente participações de 49,00% na Viasolo Engenharia Ambiental S.A.; 33,33% na Essencis MG Soluções Ambientais S.A.; e 27,50% na EMTR - Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. Em 2024, a BMPI alienou sua participação indireta na NGP Nova Geração Participações S.A., seguindo direcionamentos estabelecidos no seu planejamento estratégico. **Iluminação Pública:** A BMPI possui participação de 39,00% na BH Iluminação Pública S.A. ("BHIP"), concessionária de Iluminação Pública de Belo Horizonte, destinada a modernizar, eficientizar, manter e operar mais de 180 mil pontos de iluminação do município, sendo seu acionista líder. Em adição à participação da BMPI, o Grupo Barbosa Mello detém outros 9,00% de participação na BHIP, totalizando, 48,00% de participação acionária consolidada. A empresa representa um importante papel no setor de Iluminação Pública, já que Belo Horizonte foi a primeira metrópole brasileira a alcançar 100% de iluminação eficiente no país, se constituindo também em uma das referências mundiais neste setor. Além da BHIP, a BMPI detém 66,67% de participação na Ibirité Iluminação Pública S.A., uma sociedade de propósito específico, tendo como objeto social a prestação dos serviços de Iluminação Pública no Município de Ibirité, incluídos a modernização, eficientização, operação e manutenção de aproximadamente 14 mil pontos de iluminação. A companhia também detém a participação de 36,67% na concessionária Nova Lima Iluminação Pública S.A, cujo objeto social é a modernização, eficientização e operação dos 22 mil pontos de iluminação do município. ***Venture Capital:*** Sob a vertical de *Venture Capital*, em 2024 a BMPI converteu sua participação acionária de 29,03% na Sprout Holdings S.A. em uma posição de crédito conversível. A Sprout desenvolve e opera tecnologia para produção agrícola sustentável em ambiente controlado, através das marcas 100% Livre e Sprout Lab. **Mensagem da Administração:** Em 2024, a BMPI avançou na implementação dos objetivos estratégicos definidos no planejamento revisado em 2023, com progressos relevantes na reconfiguração de seu portfólio e na consolidação de seu posicionamento setorial. Ao longo do exercício, foram realizados desinvestimentos e reestruturações estratégicas que reforçaram a disciplina na alocação de capital e a execução do plano de transição para um portfólio alinhado às competências centrais do grupo. Nesse período, a companhia também direcionou seus esforços de originação para os setores de Mineração, Properties e Energia, com ênfase em projetos com perfil de crescimento e resiliência. Em paralelo, manteve sua atuação ativa na gestão dos ativos existentes, trabalhando na geração de valor nas empresas do portfólio, e avaliando continuamente alternativas de saída para investimentos em estágio mais maduro ou com tese já performada. Para os próximos anos, a BMPI seguirá focada na expansão qualificada de seu portfólio, reforçando seu compromisso com a criação de valor sustentável e com a atuação estratégica nos setores selecionados, alavancando a expertise e relacionamentos do grupo.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de lucros retidos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado do exercício	Outros resultados abrangentes	Total	Não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	106.500	122.340	7.698	94.398	4.460	-	(1.312)	334.084	2.039	336.123
Aumento de capital	7	-	-	-	-	-	-	7	-	7
Aumento de capital com reserva de lucros	13.493	-	-	(13.493)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.231	-	12.231	534	12.765
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Constituição de reserva legal	-	-	612	-	-	(612)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.016)	-	-	-	(3.016)	(127)	(3.143)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(450)	-	-	-	(450)	-	(450)
Outros resultados abrangentes de coligadas	-	-	-	-	-	-	37	37	-	37
Reserva de lucros	-	-	-	11.619	-	(11.619)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	120.000	122.340	8.310	89.058	4.460	-	(1.275)	342.893	2.446	345.339
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.393	-	12.393	653	13.045
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Constituição de reserva legal	-	-	620	-	-	(620)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.016)	-	-	-	(3.016)	(156)	(3.172)
Outros resultados abrangentes de coligadas	-	-	-	-	-	-	564	564	-	564
Reserva de lucros	-	-	-	11.773	-	(11.773)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	120.000	122.340	8.930	97.815	4.460	-	(711)	352.834	2.943	355.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**19.091**	7.098	**20.208**	8.189
Títulos e valores mobiliários	4	**3.075**	6.270	**3.075**	6.270
Contas a receber	5	-	36	**396**	414
Contas a receber - Ativo financeiro da concessão	6	-	-	**722**	690
Créditos a receber	7	**3.615**	10.442	**3.615**	10.442
Estoque		-	-	**139**	149
Tributos a recuperar	8	**2.095**	3.970	**2.178**	4.037
Partes relacionadas	9	**842**	2.902	**2.743**	4.897
Outros ativos		**35**	40	**77**	150
Total do ativo circulante		**28.753**	30.758	**33.153**	35.238
Não circulante					
Contas a receber	5	-	913	-	913
Créditos a receber	7	**4.712**	3.615	**8.577**	3.715
Partes relacionadas	9	**28.113**	10.638	**29.736**	11.068
Contas a receber - Ativo financeiro da concessão	6	-	-	**7.153**	7.442
Tributos a recuperar	8	-	1	-	3
Imposto diferido	21	-	-	**860**	1.946
Investimentos	10	**291.540**	297.923	**277.318**	287.751
Ativo de direito de uso		-	-	**151**	35
Imobilizado	11	**347**	475	**361**	492
Intangível	11	-	-	**622**	652
Total do ativo não circulante		**324.712**	313.565	**324.778**	314.017
Total do ativo		**353.465**	**344.323**	**357.931**	349.255

Passivo	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	1.575
Fornecedores		**94**	133	**185**	211
Obrigações trabalhistas		**406**	530	**470**	577
Obrigações tributárias		**131**	383	**165**	517
IRPJ e CSLL a pagar		-	-	**29**	184
Partes relacionadas	9	-	384	**155**	509
Passivo de arrendamento		-	-	**69**	35
Total do passivo circulante		**631**	1.430	**1.073**	3.608
Não circulante					
Obrigações tributárias		-	-	**229**	189
IRPJ e CSLL a pagar		-	-	**315**	119
Imposto diferido	19	-	-	**452**	-
Passivo de arrendamento		-	-	**85**	-
Total do passivo não circulante		-	-	**1.081**	308
Patrimônio líquido	14				
Capital social	14.1	**120.000**	120.000	**120.000**	120.000
Reserva de capital	14.2	**122.340**	122.340	**122.340**	122.340
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.4	**4.460**	4.460	**4.460**	4.460
Reserva de lucros		**106.745**	97.368	**106.745**	97.368
Outros resultados abrangentes		**(711)**	(1.275)	**(711)**	(1.275)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		**352.834**	342.893	**352.834**	342.893
Participação de não controladores		-	-	**2.943**	2.446
Total do patrimônio líquido		**352.834**	342.893	**355.777**	345.339
Total do passivo e patrimônio líquido		**353.465**	344.323	**357.931**	349.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita líquida	15	**270**	1.620	**8.644**	8.982
Custo dos serviços prestados	16	**(177)**	(776)	**(4.971)**	(4.603)
Lucro bruto		**93**	844	**3.673**	4.379
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	16	**(6.771)**	(6.917)	**(7.459)**	(7.650)
Despesas tributárias		**(105)**	(527)	**(115)**	(555)
Equivalência patrimonial	10	**13.431**	8.492	**11.989**	9.775
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	**4.612**	6.165	**5.969**	6.154
		11.167	7.213	**10.384**	7.724
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		**11.260**	8.057	**14.057**	12.103
Resultado financeiro, líquido					
Despesas financeiras	18	**(14)**	(2.676)	**(149)**	(3.142)
Receitas financeiras	18	**1.147**	6.850	**1.332**	7.326
		1.133	4.174	**1.183**	4.184
Lucro antes dos impostos		**12.393**	12.231	**15.240**	16.287
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	19	-	-	**(656)**	(699)
Diferido	19	-	-	**(1.538)**	(2.823)
		-	-	**(2.194)**	(3.522)
Lucro líquido do exercício		**12.393**	12.231	**13.046**	12.765
Participações de não controladores		-	-	**653**	534
Participações de controladores		-	-	**12.393**	12.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**12.392**	12.231	**13.046**	12.765
Outros resultados abrangentes de coligadas	**564**	37	**564**	37
Resultado abrangente do exercício	**12.956**	12.268	**13.610**	12.802
Atribuível a:				
Não controladores	-	-	**653**	534
Controladores	**12.956**	12.268	**12.956**	12.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucros antes dos impostos	**12.393**	12.231	**15.240**	16.287
Depreciação e amortização	**128**	106	**166**	142
Amortização direito de uso	-	-	**54**	57
Equivalência patrimonial	**(13.431)**	(8.492)	**(11.989)**	(9.775)
Juros reconhecidos sobre arrendamentos	-	-	**11**	3
Juros reconhecidos sobre empréstimos	-	2.669	**107**	3.121
Ganho de usufruto de participações societárias	**(4.243)**	(3.984)	**(4.243)**	(3.984)
Avaliação a valor justo de títulos e valores mobiliários	**400**	878	**400**	878
Ganho de capital na alienação de investimentos	**(232)**	-	**(1.574)**	-
	(4.985)	3.408	**(1.828)**	6.729
(Aumento)/Redução dos ativos				
Contas a receber	**949**	(791)	**931**	(806)
Contas a receber - Ativo financeiro	-	-	**257**	101
Créditos a receber	**9.094**	13.294	**9.094**	13.294
Estoque	-	-	**10**	8
Tributos a recuperar	**1.876**	(1.594)	**1.862**	(1.659)
Outros ativos	**5**	138	**73**	54
Aumento/(Redução) dos passivos				
Fornecedores	**(39)**	(117)	**(26)**	(142)
Obrigações trabalhistas e tributárias	**(376)**	(2)	**(419)**	45
	6.524	14.336	**9.954**	17.624
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(24)	**(620)**	(648)
Juros pagos sobre empréstimos e arrendamentos	-	(7.600)	**(77)**	(8.120)
Caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais	**6.524**	6.712	**9.257**	8.856
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicação em títulos e valores mobiliários	-	(5.975)	-	(5.975)
Venda títulos e valores imobiliários	**2.795**	5.536	**2.795**	5.536
Aquisição de investimento	**(1.978)**	(64.740)	**(40)**	(64.786)
Alienação de investimento	**5.116**	2.984	**3.141**	2.984
Adiantamento para futuro aumento de capital	**(14.120)**	(5.970)	**(14.919)**	(6.586)
Aquisição de imobilizado	-	(354)	**(3)**	(356)
Dividendos recebidos	**16.672**	17.113	**16.626**	14.871
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado)/ Gerado nas atividades de investimento	**8.485**	(51.406)	**7.600**	(54.312)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de principal sobre empréstimos	-	(17.475)	**(1.612)**	(18.813)
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	-	-	**(55)**	(66)
Integralização de capital	-	7	-	7
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	**(3.016)**	(3.466)	**(3.171)**	(3.593)
Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(3.016)**	(20.934)	**(4.838)**	(26.459)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**11.993**	(65.628)	**12.019**	(67.921)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**7.098**	72.726	**8.189**	76.110
No final do exercício	**19.091**	7.098	**20.208**	8.189
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**11.993**	(65.628)	**12.019**	(67.921)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A BMPI Infra S.A. ("Companhia" ou "BMPI") é uma *holding* de investimentos e participações focada no setor de infraestrutura, situada na Rua Renato de Paes, 750 - conjunto 101 - Bairro Itaim Bibi - São Paulo - SP. Com início de suas operações em maio de 2013, a Companhia, através de suas investidas, participa dos setores de iluminação pública, saneamento, resíduos, transportes, energia, infraestrutura social, *real estate e venture capital*. **1.1. Reforma tributária sobre consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, posteriormente sancionada pela presidência da República em 16 de janeiro de 2025, pela Lei Complementar ("LC") 214/2025. Embora a regulamentação do Comitê Gestor do IBS esteja sendo tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada à LC 214/2025, aprovada como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração dos referidos tributos. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais adotadas: 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação. As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 15 de abril de 2025. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. a) *Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:* As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Companhia não espera efeitos relevantes para as referidas normas. a) *IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:* Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. b) *IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:* Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e sobre as demonstrações financeiras. c) *Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:* Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e sobre as demonstrações financeiras. d) *Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:* Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. 2.1.1. Base de consolidação das demonstrações financeiras: Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas, e nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em coligadas, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das empresas controladas é reconhecida no resultado do período como receitas (despesas) de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, incluem as demonstrações financeiras das investidas como segue:

Participação direta	Investimento	% de Participação 2024	% de Participação 2023
Ambientis Soluções Ambientais S.A.	Controlada	**100,00%**	100,00%
Sano Saneamento e Participações S.A.	Controlada	**100,00%**	100,00%
Ibirité Iluminação Pública S.A.	Controlada	**66,67%**	66,67%
Ika Energia e Participações Ltda.	Controlada	-	99,99%
Nova Lima Iluminação Pública S.A.	Coligada	**36,66%**	36,66%
Mindt Participações S.A.	Coligada	**57,41%**	56,25%
BH Iluminação Pública S.A.	Coligada	**39,00%**	39,00%
Evolua Energia Participações S.A.	Coligada	**50,00%**	50,00%
CSUL Desenvolvimento Urbano S.A.	Coligada	**4,79%**	4,79%
Sprout Holding S.A.	Coligada	-	20,00%
Luz do Norte I Geração de Energia Ltda.	Coligada	**50,00%**	50,00%
Luz do Norte II Geração de Energia Ltda.	Coligada	**50,00%**	50,00%
Participação indireta			
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	Coligada	**49,00%**	49,00%
Essencis Minas Gerais S.A.	Coligada	**33,33%**	33,33%
CMTR - Central Metrop. Tratamento e Resíduos S.A.	Coligada	**27,50%**	27,50%
NGP Nova Geração Participações S.A.	Coligada	-	33,50%
PCN Suzano SPE Ltda.	Coligada	-	16,67%
Sistemas de Gestão Ambiental S.A. (SGA)	Coligada	**50,00%**	50,00%
Águas de Mandaguahy S.A.	Coligada	**42,44%**	42,44%
Águas de Votorantim S.A.	Coligada	**20,00%**	20,00%
Csul Desenvolvimento Urbano S.A.	Coligada	**11,94%**	10,88%
Costa Laguna SPE Empreendimentos Imobiliários S.A.	Coligada	**11,17%**	6,67%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a controladora obtém controle, e continuará a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir e/ou ocorrer sua incorporação. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas para o mesmo período de divulgação das demonstrações financeiras individuais, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados por completo. Uma mudança na participação sobre a controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. *Perda de controle:* Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. *Participação de não-controladores:* A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. *Investimentos em coligadas:* Os investimentos da Companhia em coligadas são contabilizados considerando o método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma joint-venture ou coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da joint-venture ou coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da